ISSN 1982-999X |

Pelos caminhos da tradução: por que traduzimos?

Along the translation roads: Why do we translate?

Jonathan Alvarenga

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Resumo

Este ensaio, através de uma linguagem e visão filosóficas, debate o ato de traduzir, levando em conta a questão de “por que traduzimos?”. Para isso, buscamos empregar um estilo mais pessoal, em primeira pessoa do singular, que perpasse diversos tópicos que colaboram para o fim almejado, visando sempre ambientar o leitor ao nosso problema, situá-lo de uma forma prática a ele e demonstrar a atualidade da questão. Diante de tais esforços, esperamos ao menos apresentar um breve panorama de importantes aspectos do fazer tradutório, culminando na discussão de seu tratamento no Brasil e, mais especificamente, no campo da filosofia aqui desenvolvida.

Palavras-chave: tradução e sociedade; filosofia; linguagem.

Abstract

This essay, through a philosophical language and perspective, discusses the act of translating, taking into account the question of "why do we translate?" To this end, we seek to employ a more personal style, using the first-person singular, addressing various topics that contribute to our intended objective. Our goal is to always provide the reader with context for our problem, situate them in a practical way, and demonstrate the relevance of the issue. Through these efforts, we hope to at least present a brief overview of important aspects of the translation process, culminating in a discussion of its treatment in Brazil and, more specifically, in the field of philosophy as developed here.

Keywords: translation and society; philosophy; language.

Informações do artigo

Submetido em 05/12/2024
Aprovado em 11/02/2025
Publicado em 27/02/2025.

https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2025.v25n1.p65-80

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC By 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

ALVARENGA, Jonathan. Pelos caminhos da tradução: por que traduzimos? *Ágora Filosófica*, Recife, v. 25, n. 1, p. 65-80, jan/abr, 2025.

1 INTRODUÇÃO: A tradução mediante dois exemplos

Não me aparece ser nem um pouco impertinente iniciar um ensaio sobre a tradução a partir de exemplos de sua relevância histórica e atual. Apesar de ser uma das atividades mais antigas da humanidade, o ato de traduzir figura, em boa parte das vezes, como algo secundário em nossa sociedade e formação acadêmica. Prova disso é que um número expressivo de tradutores é, antes de tudo, alguma outra coisa. Não escolhem traduzir, mas traduzem por algum tipo de necessidade que a eles é imposta. Nosso próprio padroeiro, São Jerônimo, antes de ser tradutor era Sacerdote cristão ilírio, teólogo, historiador, confessor e doutor da Igreja Católica. Apenas seu título de santo é posterior ao de tradutor, uma vez que é póstumo. O mesmo ocorre se pensarmos nos casos de Martinho Lutero, Bento Prado Jr., Marilena Chauí, Machado de Assis, Fernando Pessoa e tantos outros.

Note-se ainda uma experiência prática: que o leitor procure, dentre os livros traduzidos que possui, aqueles no qual o nome do(a) tradutor(a) aparece logo na capa. Muitas vezes apenas o autor do título em língua original preserva-se na capa do livro, de forma que para encontrar o nome da pessoa tradutora é necessária uma rápida investigação nas informações catalográficas do texto traduzido ou, quando muito, na contracapa.

Apesar dessa secundarização da atividade tradutória, fato é que não podemos viver sem ela - o que buscaremos demonstrar ao longo de nosso texto. Vamos então aos exemplos. O primeiro que gostaria de relatar se dá através de um fato narrado por Michaël Oustinoff na obra *Tradução: História, teorias e métodos.* Logo nas primeiras páginas, o autor diz que:

> Na Escócia, no século XVI, ao lado do gaélico, a língua nacional era o escocês [...] e que desfrutava de um prestígio comparável pelo menos ao do inglês britânico até a introdução, em 1560, da Bíblia traduzida por protestantes ingleses refugiados em Genebra. A tradução para o escocês veio tarde demais. E essa foi sua perdição: ele figura no *Bureau européen des langues moins répandues* [...] entre as línguas "minoritárias" (1.500.000 falantes), enquanto, se as coisas tivessem se desenrolado de outro modo, teria, não há dúvida, permanecido como "majoritário" [...]: o escocês não estaria listado entre as cerca de cinquenta línguas que devem ser protegidas no seio da União Europeia (Oustinoff, 2011, p. 17).

Se o exemplo está muito distante de nossos dias, vejamos outro. Esse, ocorreu em terras capixabas no ano de 2023, capaz de demonstrar não apenas a importância da tradução, mas a importância de uma boa tradução. Em matéria da Rede Gazeta de 2023, lemos que:

> Erro de tradução pode ser responsável por veto japonês ao frango do ES - Representantes de associações de avicultores trabalham com a possibilidade de um erro de tradução nas informações que foram dadas às autoridades sanitárias japonesas sobre o foco de gripe aviária detectado na Serra. A doença foi detectada em aves de subsistência (um pato e um ganso), criadas num sítio, e não em uma fazenda de produção com escala industrial (A Gazeta, 2023).

A tradução, portanto, apesar de assumir no mais das vezes um caráter secundário, têm na história e no presente seu primado. Por falta de tradução, uma língua pôde ter sido deixada de lado na Europa; por falta de uma boa tradução, a exportação capixaba de frangos foi quase arruinada. Deixar a tradução de lado ou em um segundo plano pode representar o desfortúnio de uma nação e de um povo, de uma história e de uma cultura.

Mas o que é, então, o ato de traduzir? Por quais aspectos podemos caracterizá-lo? Espero demonstrar no decorrer de nosso texto não apenas o que é o ato de traduzir, mas também o porquê de ser a tradução uma das atividades mais importantes na vida e trajetória dos seres humanos, além de, mesmo que em poucas linhas, decorrer o mínimo sobre sua relevância para o Brasil e para o desenvolvimento da filosofia em nossas terras.

2 O ATO DE TRADUZIR

Traduzir é um ato com várias adjetivações que devem ser compreendidas em simultâneo, ocorrendo no menor ato tradutório que seja: é criativo, reenunciativo, interpretativo, reformulativo, ampliativo, subjetivo ao mesmo tempo em que busca ser objetivo. Por isso, como disse Derrida em *Torres de babel,* a relação do texto original[1] com o texto traduzido durante o ato tradutório não é de “uma imagem ou de uma cópia” (Derrida, 2002, p. 35), considerada apenas enquanto a transferência de conteúdo, em

[1] Utilizo aqui o termo original apenas no sentido de texto-primeiro, sem fazer qualquer juízo de valor sobre sua importância, ou na tentativa de caracterizá-lo como mais importante, perfeito, ou categorizando-o em relação ao texto traduzido de alguma forma.

sua integralidade, de uma língua X para uma língua Y. Em outras palavras, traduzir não é apenas pegar um texto e passá-lo *ipsis literis* a uma outra língua que se deseja, copiando-o para ela. Por outro lado, é muito mais que isso. Como argumenta o autor em questão: “Se o tradutor não restitui nem copia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se” (Derrida, 2002, p. 46).

Faz-se, então, a tradução de modo a “passar na sua própria língua o modo de intenção do original” (Derrida, 2002, p. 48). Sublinhamos aqui o termo “intenção”. Não são as palavras que traduzimos, nem mesmo suas possíveis correspondências com as da língua traduzida é aquilo que faz com que identifiquemos que a tradução Y se refira ao original X. Oustinoff é complementar à argumentação de Derrida quando diz que “não são palavras que traduzimos, são contextos” (Oustinoff, 2011, p. 82). São estes contextos que nos dão a oportunidade de, através deles, pensarmos sobre a intenção do texto, conferindo a relação necessária entre as duas obras envolvidas pelo ato tradutório. Em resumo, traduzimos contextos e tais contextos devem transmitir a intenção do texto original.

Para compreendermos melhor o que está sendo dito acima, faz-se relevante utilizarmo-nos de um exemplo, que demonstra tanto a independência existente entre as línguas, bem como sua relação contextual e de intencionalidade. O signo inglês que envolve o significante *house,* por exemplo, não possui qualquer dependência ou necessidade em relação ao signo português que envolve o significante *casa*, isto é, *house* é *house* e *casa* é *casa.* Sua etimologia é diferente e até mesmo a imagem que se forma em nossa mente, em relação à de um americano, sobre o termo em questão, é diferente. Nossas casas não são necessariamente semelhantes, nem mesmo a relação que com elas construímos. Se assim ocorre em um nível inter-lingual, em um nível intra-lingual aparece-me ocorrer da mesma forma, ou seja, ainda que compartilhemos da mesma língua, a relação que construo diante de *casa* é diferente daquele que os outros podem construir.

Mas como posso, então, dizer quando a tradução da palavra *house* é a palavra *casa?* Ou como podemos ter uma compreensão comum em língua portuguesa do que entendemos enquanto *casa?* Isso se dá por meio da transmissão de uma intenção, pois ambas as palavras, ainda que independentes - em um nível inter-lingual - ou constituidoras de diferentes relações - seja no nível inter ou intra-lingual -, podem

apresentar-se, por vezes, diante de um semelhante contexto: local onde as pessoas habitam, referenciam suas postagens, se localizam de forma fixa, dividem espaço com suas famílias ou amigos, etc.

Uma unidade tradutória[2], portanto, nunca irá refletir uma palavra somente, mas todo o conjunto de relações que comumente, e não obrigatoriamente, a envolve. Determinar qual o melhor termo tradutório é, ao mesmo tempo, determinar toda a cadeia de relações que o envolve, e que faz dele o mais apropriado para aquele contexto. Assim sendo, nem sempre *house* será melhor traduzido por *casa,* devendo cada tradução ser pensada como uma nova empreitada no terreno das línguas. Uma *student house,* por exemplo, em português será melhor traduzida por *moradia estudantil* do que por *casa do estudante.* Um *motorhome,* apesar de para mim, gerar a representação ou a imagem de uma espécie de kombi, para aqueles que cresceram e habitam em um, pode ser a representação ou a imagem que primeiro advém de todo aquele contexto que descrevi enquanto sendo relacionado e entendido através do significante *casa*.

Dito isso, atentemo-nos agora a algo que foi mencionado acima e que merece um pouco mais de atenção. Se é evidente o papel da tradução para que se possa estabelecer certa relação entre duas línguas, talvez não seja tão evidente assim quando nos referimos ao nível intra-lingual. Até mesmo quando compartilhamos uma mesma língua e temos uma compreensão comum do significante *casa,* ainda podem haver questões a se resolver. Ora, a tradução não se faz necessária apenas no contato entre duas línguas distintas, mas também se faz necessária na comunicação entre quaisquer indivíduos. Ainda citando Oustinoff, temos que:

> A tradução tem um alcance mais geral do que costumamos pensar, porque ela está presente no próprio seio de toda língua, por meio da *reformulação.* Toda e qualquer comunicação pressupõe o exercício de uma faculdade como essa, utilize-se uma só língua ou utilizem-se várias (Oustinoff, 2011, p. 7-8).

[2] Isto é, menor unidade de tradução. Segundo Oustinoff: “Em tradução, não se traduzem as palavras separadamente uma das outras: a tradução ‘palavra a palavra’ é muito frequentemente impossível. Para Viney e Darbelnet, a unidade essencial é, no plano dos significados, a ‘unidade de pensamento’, no plano dos significantes, a ‘unidade lexicológica’, à qual corresponde, em perfeita simetria, a ‘unidade de tradução’, com esses três termos sendo considerados como ‘equivalentes’” (Oustinoff, 2011, p. 26).

De forma integral, concordamos com o autor acima citado quando diz que, sem a tradução, “a comunicação fica comprometida ou se torna impossível” (Oustinoff, 2011, p. 12). Seja porque aferimos diferentes significados ao mesmo significante, seja por conta de regionalismos existentes dentro de uma mesma língua, precisamos da tradução até mesmo no dia a dia com nossos conterrâneos, sendo seu exercício, entendido sob o aspecto da reformulação e da reenunciação, uma constante em nossas vidas.

Ouso ainda acrescentar que a tradução não apenas se dá nos níveis inter e intra-linguais, mas até mesmo em um nível anterior ao da comunicação inter-pessoal. Ora, o que é o ato de transmitir um pensamento em palavras para além da tradução? Expressões populares como “estou tentando traduzir o que estou pensando” transmitem uma singela realidade: a de que todo ato comunicativo ou enunciativo é um ato tradutório, ou ainda, a de que todo pensamento, para se tornar uma comunicação, precisa traduzir representações, ideias e imagens mentais em palavras ou sinais, no caso das línguas sinalizadas. De fato, sem a tradução a comunicação seria impossível.

Por outro lado, se a tradução nos dá, ela também nos tira. Tira-nos a possibilidade de um discurso que se pretenda objetivo, real e - por que não? - dogmático. A falta de uma língua universal nos coloca sobre a realidade da falta de um discurso universal, estando-nos sempre fadados a um *para-si,* a um discurso que já inicia sua fase de dissolução em nosso pensamento. Eis o motivo pelo qual devemos concordar com Borges, em *Las versionnes homericas,* quando diz que:

> Pressupor que toda recombinação de elementos é, obrigatoriamente, inferior a seu original, é pressupor que o rascunho 9 é inferior ao rascunho H - já que nada há que rascunhos. O conceito de *texto definitivo* não corresponde senão à religião ou à fadiga (Borges, 1996, p. 239).

Esta é a realidade ambígua com a qual nos deparamos constantemente em nossa comunicação: de um lado a possibilidade de compreender e ser compreendido; por outro, a renúncia ao absolutismo, ou à imposição de um discurso universal, mediante um discurso em eterna dissolução. E que o leitor não tema esta dura realidade, pois diante da nítida limitação, há também uma nítida humanização, que coloca sobre as línguas o aspecto da igualdade, evitando o império de uma sobre as demais.

3 TRADUÇÃO, INVISIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Diante da importância irremediável da tradução e do não primado do texto original, reflitamos agora sobre uma outra questão: por que o tradutor é, muitas vezes, invisibilizado[3] diante de sua tradução, sendo apenas o nome do autor do texto original citado (seja nas capas de obras traduzidas, seja em referenciações bibliográficas)? Lembremos que, como dissemos no início, traduzir é um ato criativo. Sendo assim, por que apenas a criatividade e inovação do autor do original são lembradas e não a do tradutor?

Ao nosso ver, ambas as questões podem ser respondidas em uma tacada só. O tradutor muitas vezes não possui sua criatividade e inovação reconhecidas, pois dele não é esperado qualquer ato criativo ou inovador, mas que não apareça, que seja imparcial ou até mesmo invisível, o que pode ser reforçado pela valorização, ainda que ilusória, da transparência que pode ser conferida a um texto traduzido[4]. Além disso, não é reconhecida a independência existente entre duas ou mais línguas, ou a necessidade que normalmente há em se fazer alterações lexicais e sintáticas para que haja a recepção de uma intenção semelhante à do texto original.

Do tradutor espera-se a fidelidade com o texto original, seja lá o que isso queira dizer. Quando não é fiel, não fez uma tradução, mas cometeu uma tradução. Como diriam os italianos: *traduttore, traditore*[5]*.*

Derrida nos diz que o ato de tradução adquire comumente a forma de uma dívida, sendo o tradutor o devedor em relação ao texto original, havendo de fazer a restituição de seu sentido na língua traduzida[6]. Ao dizer sobre a confusão das línguas

[3] Sobre a invisibilidade do tradutor, recomendamos a leitura de dois excelentes textos. O primeiro se trata do artigo *O tradutor e o superpoder da invisibilidade,* de Lilia Baranski Feres e de Valéria Silveira Brisolara (2014). O segundo, *The Translator's Invisibility: A history of translation,* de Lawrence Venuti (1995).

[4] Sobre esse ponto, Venuti nos apresenta uma longa discussão já no início de sua obra *The Translator's Invisibility,* que, sem dúvida, vale a pena de ser lida na íntegra (*Cf*. Venuti, 1995, p. 1-5).

[5] Isto é, tradutor, traidor.

[6] Derrida introduz essa temática ao discutir uma citação de Benjamin sobre a intraduzibilidade de Mallarmé, que o leva (Derrida) à conclusão de que, desde muito, o conceito de tradução "implicava esse processo de restituição", sendo a tarefa do tradutor restituir o sentido inicial do primeiro texto, o que se tornava problemático, uma vez que não era possível chegar a um acordo entre "esse valor de

em Babel, Derrida defende a ideia de que Deus, ao impor sobre os povos a multiplicidade de línguas:

> Ele os destina à tradução, ele os sujeita à lei de uma tradução necessária e impossível; por conseguinte [...], ele libera uma razão universal (esta não será mais submetida ao império de uma nação particular), mas ele limita por isso a universalidade mesma: transparência proibida, univocidade impossível. A tradução torna-se a lei, o dever e a dívida, mas dívida que não se pode mais quitar (Derrida, 2002, p. 25).

Mas eis aqui uma inversão de papéis: se considerarmos então essa dívida como existente, devemos, portanto, também considerar que o original é um devedor com relação ao que traduz e que, além disso, é a parte que contrai a primeira dívida. Pelo fato de não existir uma língua universal, o texto-primeiro se vê diante de uma falta, "ele começa por faltar" (Derrida, 2002*,* p. 40). Ele exige, desde de sua estrutura, a tradução para sua própria sobrevida e para preencher a falta que a própria amplitude de sua língua causa em sua constituição. Segundo Derrida, "se a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, é que, fazendo disso a lei, o original começa por endividar-se *também* em relação ao tradutor" (*Ibid.*).

Estamos diante de um duplo endividamento, portanto. Mas de uma dívida que não se liga nem engaja a ninguém, nos lembra o filósofo.

> Estranha dívida que não liga ninguém a ninguém. Se a estrutura da obra é "sobrevida", a dívida não engaja junto a um sujeito-autor presumido do texto original - o morto ou o mortal, o morto do texto -, mas a outra coisa que represente a lei *formal* de imanência do texto original. Em seguida, a dívida não engaja a restituir uma cópia ou uma boa imagem, uma representação fiel do original: este, o sobrevivente, está ele mesmo em processo de transformação (Derrida, 2002*,* p. 38).

Derrida nos apresenta essa dívida, portanto, não como uma relação entre indivíduos, os mortais da história, mas da própria obra com aquilo que lhe garante a sobrevida e que represente sua "lei *formal* de imanência", isto é, com seu desejo e necessidade em ser traduzida inerente a ela própria. Ela precisa ser traduzida, mesmo que tradutor nenhum houver. Estas são as *Voltas de Babel,* que sacramentam ao texto primeiro sua impossibilidade de ser definitivo, ou de ser meramente o espelho ao traduzido.

---

restituição com aquele de maturação". Em outras palavras, uma tradução sempre se tornava ultrapassada na medida em que os contextos e tempos se alteravam (*Cf.* Derrida, 2002, p. 30-31).

4 ASPECTOS DE UMA BOA TRADUÇÃO

Antes de passarmos à seção que, penso eu, é a mais importante do texto, uma vez que irá tratar do porquê de traduzirmos, é necessário um adendo. Proponho que nos perguntemos: quando uma tradução é bem sucedida? Pois independente de ser necessária ao texto original, não podemos negar a existência de boas e péssimas traduções.

Muitos são e foram os métodos para traduzir-se uma obra. Oustinoff nos lembra que, para traduzir a Bíblia, o método adotado por São Jerônimo foi aquele que prioriza a tradução "palavra por palavra" ou literal (Oustinoff, 2011, p. 31), já que, segundo nosso padroeiro, até mesmo a ordem das palavras no livro em questão é um mistério. Mas, se levarmos em conta a tradução de livros literários, o próprio São Jerônimo tinha suas restrições, defendendo, por assim dizer, uma tradução menos literal.

Durante o Renascimento, um movimento notório no campo da tradução deve ser aqui lembrado: o das belas infiéis, na qual priorizava-se a estilística do texto e não sua fidelidade ao conteúdo da obra original. Dessa forma, apesar de muito belas, as traduções eram pouco fiéis ao texto de origem, muitas vezes podendo ser considerado outro texto e não uma tradução (Oustinoff, 2011, p. 36-46).

Na contemporaneidade, por sua vez, apesar de um maior apelo à literalidade principalmente no século XIX (*Idem,* p. 48), algumas correntes passaram a considerar a tradução como um ato de recriação literária (*Ibid,* p. 51). Optou-se também por modelos que levem em consideração a tradução do contexto, da intenção ou da equivalência de efeito do texto original (*Ibid, p. 57*), buscando equilibrar os estrangeirismos com a domesticação do texto original na língua-alvo.

Em geral, podemos dizer que todos esses diferentes modos de traduzir - entre muitos outros que não nos referimos - foram considerados bons em seus tempos, refletindo uma constante dinâmica no que podemos considerar como uma boa ou má tradução.

Levando em conta a realidade de nossos dias e do desenvolvimento atual das teorias de tradução, podemos considerar, em harmonia com Oustinoff, que hoje um tradutor que almeja fazer uma boa tradução deve levar em conta três fatores: 1- "sua

posição tradutória", isto é, "a maneira com que ele concebe o que é a atividade de tradução"; 2- "seu projeto de tradução", o qual "estabelecerá a maneira como ele traduz"; 3- "o horizonte do tradutor" que são todos os seus parâmetros de tradução, isto é, seu olhar para a cultura, a história, a língua e as outras traduções já feitas em contextos próximos ao seu (*Ibid,* p. 69-70).

E é também com esse apelo à contemporaneidade que podemos dizer que hoje, em relação à identificação de uma boa tradução, concordamos com Derrida quando diz que: "uma tradução esposa o original quando os dois fragmentos ajuntados, tão diferentes quanto possível, se completam para formar uma língua maior, no curso de uma sobrevida que modifica todos os dois" (Derrida, 2002, p. 50).

Uma tradução, portanto, não deve ser compreendida enquanto a cópia do original em outra língua, mas sim como sua ampliação, sua paga, a garantia de que ele sobreviverá e encontrará ecos de suas ideias e influências em outras culturas, em outros povos, em outras identidades, ainda que interpretado e ressignificado pelo natural mudança das épocas, das mentalidades, das falas, das palavras, das ideias, das teorias etc.

Como dissemos, traduzir é criar, e o tradutor também se faz autor de um texto quando traduz, quando busca apresentar ao seu contexto uma possível interpretação e transmissão de uma intenção que está em constante devir, desde o pensamento do autor do original, à consolidação de sua escrita, até a tradução em outra língua. Cabe ao tradutor se valer de seus recursos e de seu entendimento das transformações que o campo da tradução sofreu para que possa ser exitoso em sua empreitada tradutória.

5 POR QUE TRADUZIMOS?

Por que, então, traduzimos? Poderia aqui enumerar inúmeras razões. Penso eu que apenas pelo que foi dito no decorrer do presente texto, ao buscarmos conceituar a própria tradução e apresentar seus principais aspectos, já seria suficiente para que, mesmo implicitamente, ficasse delineada a importância da atividade tradutória. Porém, deixemos as razões explícitas para que não haja mal entendidos. Para responder o porquê de traduzirmos, proponho que passemos de uma resposta

geral à mais específica, isto é, iniciemos pelo mundo e terminemos com o caso específico da filosofia no Brasil.

Neste sentido, o primeiro motivo que podemos mencionar é o da preservação do próprio texto traduzido. Como vimos acima, a tradução fornece a ele uma sobrevida necessária para que se preserve e para que se amplie. Por conta da incompletude das línguas, é necessário ao texto original recorrer à tradução para que, como já vimos, possa formar uma língua maior, para que possa ultrapassar às limitações de suas próprias circunstâncias e alçar voos em cenários que, sozinho, jamais alçaria.

O segundo motivo que gostaria de ressaltar é a respeito da preservação e disseminação das línguas, fator com o qual abrimos o presente texto. A perda de prestígio do escocês, como argumenta Oustinoff[7], está diretamente relacionada com a demora da tradução da Bíblia para essa língua. Este fato, se quisermos ir além, pode ser coadunado a um outro importante: a queda da hegemonia da língua latina no Ocidente.

Se o latim alcançou patamares mundiais, se deve não apenas à amplitude do Império Romano e à influência da Igreja Católica, mas também ao grande número de obras traduzidas e escritas em tal língua, por decorrência desses fatos. Desde os primeiros séculos que marcam a era depois de Cristo, com a tradução da Odisséia para o latim, feita por Lívio Andrônico no século II, e da Bíblia por São Jerônimo, no século V, o latim se tornou palco de uma grande hegemonia linguística. Até o século XVII, fato é que a maioria das obras de filosofia e ciência foram escritas em latim, havendo sobre tal língua um notável prestígio acadêmico.

Com o início da modernidade e o advento da Reforma Protestante, ainda no século XVI, as coisas começaram a alterar-se. Não apenas bastava a Lutero a crítica ao controle exercido pela Igreja Católica, mas também era necessária a crítica dos paradigmas que foram impostos por ela e que caracterizavam seu poder. Não é estranho notar que um de seus primeiros atos se deu na tradução da Bíblia para o alemão, finalizada em 1534, democratizando sua compreensão para o povo em questão[8] e incentivando a aceitação de novas traduções bíblicas para as línguas

[7] Vide nosso primeiro exemplo de introdução à temática da importância da tradução na seção 1.

[8] Vale notar que, como bem nota Popkin, em *História do ceticismo: de Erasmo a Spinoza,* Lutero buscava retirar a autoridade da Igreja Católica sobre a interpretação dos livros sagrados a partir da

vernáculas[9]. Daí em diante não há apenas um movimento científico e filosófico de escrita de obras científicas e filosóficas nas línguas de origem dos autores[10], perdendo o latim sua hegemonia, mas também um aumento exponencial de traduções de obras gregas e latinas para as línguas modernas[11]. O que antes ocorria esporadicamente, agora era nada menos que a regra.

Em geral, nos aparece que a consequência da tradução é não apenas a valorização da língua para a qual se traduz, mas também a democratização do próprio conhecimento. Como pudemos ver, a difusão de traduções de obras, independentemente de seu gênero, para as línguas vernáculas, possibilitara uma verdadeira revolução na história, permitindo que o conhecimento não ficasse restrito apenas à aristocracia ou ao clero de determinada sociedade, mas também a qualquer indivíduo letrado em sua língua materna, o que representa um obstáculo a menos para que se possa ter acesso às mais diversas obras, das mais diferentes culturas. E aqui entramos no terceiro motivo que justifica o ato de tradução.

Como disse no início desta seção, iria apresentar os motivos me valendo de uma gradação que partiria do mais geral para o mais específico. Desta forma, falemos então a respeito do Brasil e, em especial, da filosofia desenvolvida aqui. Se tomarmos nosso país como referência, veremos que poucos entre nós têm conhecimento pleno em uma segunda língua.

---

subjetivação do critério de conhecimento religioso, de modo "que aquilo que a consciência é compelida a aceitar ao ler as Escrituras é verdade" (Popkin, 2000, p. 27). Para ele, portanto, "a regra de fé da Reforma parecia ser a certeza subjetiva, a compulsão de nossa própria consciência" (*idem*, p. 34). Diante desse apelo à subjetividade e de uma regra descentralizada, retirada das mãos da Igreja Católica, nada mais natural que propor e incentivar uma tradução vernacular da Bíblia, para que todos possam ter a possibilidade de refletir sobre as Escrituras por si mesmos.

[9] Em 1611 é autorizada pelo rei James I a *Authorized Version* da Bíblia, traduzida para o inglês por William Tyndale que, um século antes, havia sido enforcado e queimado por heresia (*Cf.* Oustinoff, 2011, p. 42-43).

[10] Não buscamos aqui defender que foi exclusivamente graças a Lutero e à Reforma Protestante que se iniciou uma maior demanda e consciência de tradução e escrita em línguas vernáculas. Apenas gostaríamos de ressaltar a correlação e influência entre os dois movimentos.

[11] Como exemplos podemos citar a primeira tradução da *Ética a Nicômaco* para uma língua moderna, o inglês, em 1547, por Sir Robert Greyston; a *República* para o italiano, em 1548, por Francesco Reginaldo; as *Hopotiposes pirrônicas* para o francês, em 1569, por Claude Joly; a *Suma teológica* para o italiano, em 1580, por Francesco di Dino; as *Meditações metafísicas,* por Pierre Bourdin, e os *Princípios de filosofia,* pelo próprio Descartes, todas feitas na década de 40 do século XVII, para o francês, entre outras.

No caso do inglês, por exemplo, língua obrigatória no ensino público básico brasileiro, o número de pessoas com mais de 16 anos que tem algum conhecimento deste idioma, segundo pesquisa da *British Council* (2013), é de 5,1% (2013, p. 7). No caso do espanhol, segundo pesquisa do *Instituto Cervantes,* apenas 460 mil brasileiros têm domínio nativo e outros 6,12 milhões aprendem essa língua (Bonis, 2021). Este número é decrescente com relação a outros idiomas.

Diante de tal cenário, textos traduzidos por vezes se tornam a única opção de contato com literatura, filosofia, ciência, etc., produzidas em outras línguas que não a nossa. No caso da filosofia, em específico, ao pensarmos nossa tradição de leitura historiográfica, vemos que a maioria de nossa bibliografia primária está escrita originalmente em outro idioma, seja o francês, o alemão, o italiano, o grego, o latino, o árabe, etc. Sendo assim, a falta da tradução para nós pode ser um grande desestímulo para o ingresso nas graduações em filosofia no Brasil. Por outro lado, podemos facilmente inferir que, quanto mais a atividade tradutória se torna frequente em nosso país, mais conseguimos estimular o ingresso e a permanência nos cursos de filosofia no Brasil, e mais conseguimos democratizar as características do público ingressante, já que o conhecimento de uma segunda língua não se torna um pré-requisito, ainda que implícito, de nossas grades e currículos.

Dito isso, resta-nos então mencionar que, se precisamos de traduções - e de boas traduções, por sinal -, ainda precisamos que nós, seres humanos, sejamos os tradutores. Mesmo que tenhamos um grande desenvolvimento de tradutores automáticos e de softwares de inteligência artificial, com complexas redes neurais artificiais desenvolvidas, apenas nós, seres humanos, somos detentores da capacidade criativa e reenunciativa que depende a tradução. Como nos lembra Oustinoff:

> A TA permanece, portanto, abaixo das 'operações de tradução' analisadas pelas obras de tradutologia que pressupõem uma verdadeira *reenunciação*, algo de que uma máquina é incapaz por definição, por mais sofisticada que ela seja (Oustinoff, 2011, p. 113).

Mesmo que tais softwares sejam extremamente desenvolvidos, eles ainda não possuem nossa criatividade, capaz de verdadeira reenunciação do texto original para a língua tradutora, estando à margem do que é necessário para uma boa tradução, para compreender os regionalismos, as expressões, os aspectos conotativos e figurados de qualquer língua que seja. Na falta de outros, que sejamos nós “a segurar

o boi pelo chifre" e a garantir que a atividade tradutória ocupe cada vez mais um lugar de destaque em nossas atividades profissionais e acadêmicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o leitor quiser guardar algo de importante deste nosso texto em sua mente, que se lembre destas palavras: precisamos traduzir. Apesar do Brasil possuir uma vasta tradição de traduções, não apenas em filosofia, mas em outras áreas do conhecimento também, ainda temos um longo caminho à frente. Um caminho que passe a valorizar não apenas as línguas e obras europeias ou norte-américas, mas que comece a dar protagonismo a outras formas de pensamento, feitas a partir de outras línguas, tradições e culturas. Devemos sempre nos perguntar não apenas se estamos traduzindo, mas também sobre o que estamos traduzindo.

Para além disso, um passo importante que devemos dar é o da profissionalização das traduções e dos tradutores, juntamente ao entendimento de que a tradução não é apenas uma tarefa do campo da Letras, mas também de todos os cursos e áreas do conhecimento. É, por assim dizer, um campo interdisciplinar. Desse modo, é importante nos perguntarmos o porquê de até hoje não termos nas grades de filosofia disciplinas que versam sobre tradução em filosofia, buscando não apenas a compreensão da tarefa de traduzir, mas também a profissionalização de tradutores nessa área - o mesmo vale para outros campos de conhecimento.

Desde nossos primeiros passos no campo da filosofia, lidamos com textos traduzidos, lemos a partir de traduções. Nada mais natural do que oferecer aos estudantes um panorama do que é a tradução, de quais são seus aspectos, de como e quando deve ser aplicada, do reconhecimento de seu valor. Além da preparação dos mesmos para serem também - por que não? - tradutores de filosofia, reconhecendo à tradução uma área da filosofia e valorizando as publicações de traduções tal como se valoriza a publicação de artigos, capítulos de livros, teses, monografias, livros inéditos etc. Isto é, deve-se reconhecer a criatividade e originalidade também do tradutor e as dificuldades de se fazer uma boa tradução.

Por fim, mas não menos importante, devemos também compreender a atividade da tradução como uma ação coletiva, valorizando projetos e propostas de

financiamento que visam tal atividade. Só assim conseguiremos, por exemplo, construir um léxico filosófico em língua portuguesa, e a padronização de certos termos que, por conta da atividade tradutória ser atualmente individualizada e secundarizada em nosso país, acabam se dispersando e ficando a cargo de cada um que traduz. A tradução não deve ser entendida enquanto uma atividade individual, secundária e esporádica, mas como uma atividade profissional, que deve refletir toda uma cultura através de uma junção de esforços para que, ao fim, tenhamos boas traduções.

REFERÊNCIAS

BONIS, G. *Por que não falamos espanhol no Brasil*. +Babbel, 2021. Disponível em: https://pt.babbel.com/pt/magazine/espanhol-no-brasil. Acesso em: 1 nov. 2023.

BORGES, J. L. Las versiones homéricas. *In*: *Obras completas I: 1923-1949*. 5. ed. Barcelona: Emecé, 1996, p. 239-243.

Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil (Elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisa Data Popular). São Paulo: British Council, 2014.

Erro de tradução pode ser responsável por veto japonês ao frango do ES. *A Gazeta*, 2023. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/economia/erro-de-traducao-pode-ser-responsavel-por-veto-japones-ao-frango-do-es-0623. Acesso em: 1 nov. 2023.

DERRIDA, J. *Torres de Babel.* Tradução: Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERES, L. B.; BRISOLARA, V. S. *O tradutor e o superpoder da invisibilidade*. X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação - SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis, 2014.

OUSTINOFF, M. *História, teorias e métodos.* Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

POPKIN, R. *História do ceticismo*: de Erasmo a Spinoza. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility.* London: Routledge, 1995.

DADOS DO AUTOR

Jonathan Alvarenga

Doutorando em Filosofia e Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especialista em Tradução do Inglês (Universidade Descomplica) e graduado em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Lavras. Realiza pesquisas em História da Filosofia Moderna, com ênfase na construção cética do pensamento metafísico e na ética de René Descartes. Foi professor de Filosofia e Sociologia do Programa de Apoio Pré-Universitário da UFLA (Pré-Uni - UFLA) no ano de 2020.

ORCID: **https://orcid.org/0000-0002-5344-5690**